

OFÍCIO N.º : 188/99  
ASSUNTO : Mensagem a Projeto de Lei  
SERVIÇO : De Gabinete do Executivo Municipal  
DATA : Cabeceira Grande-MG, 25 de outubro de 1.999.

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a satisfação de encaminhar por intermédio de Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação e decisão dos senhores Edis, a propositura de lei apensa, que altera a Lei Municipal n.º005, de 13 de fevereiro de 1.997, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social, suas modificações posteriores dadas pelas Leis Municipais n.º 014, de 07 de maio de 1.997, e 062, de 14 de julho de 1.999, e dá outras providências.


Alguns artigos da Lei Municipal de criação do Conselho Municipal de Assistência Social sofreram modificações posteriores, levando-nos a contar hoje com três Leis Municipais que regem a matéria.

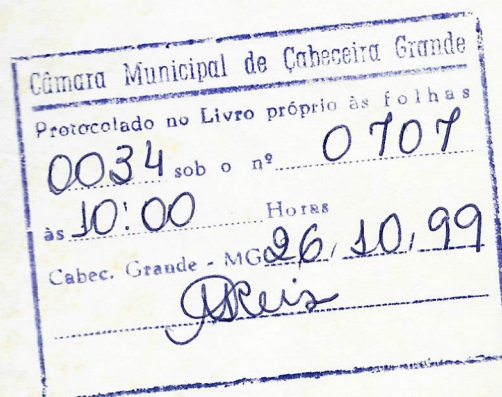
Mesmo após as alterações supra, fomos comunicados pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e Adolescente, de que seria necessário algumas alterações, objetivando adequar o seu texto à Lei Orgânica de Assistência Social, atualmente em vigor.

Face ao exposto, elaboramos o Projeto de Lei em tela, cujas alterações consideráveis, vão de encontro e dentro dos limites da Lei Orgânica de Assistência Social, e ao mesmo tempo unifica nossa legislação municipal sobre a matéria.

Certo de que o Projeto de Lei ora proposto será aprovado, com as correções que os ilustres Edis entenderem ser necessárias, valho-me do ensejo para reafirmar-lhe os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Antônio Nazare Santana Melo  
Prefeito Municipal



Excelentíssimo Senhor  
Vereador ALBERTO MARTINS FERREIRA  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
CABECEIRA GRANDE-MG



**PROJETO DE LEI Nº 034/99**

**ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º005, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1.997, QUE CRIOU O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES DADAS PELAS LEIS MUNICIPAIS N.ºS 014, DE 07 DE MAIO DE 1.997, E 062, DE 14 DE JULHO DE 1.999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 76, inciso III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**  
**DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - É criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão de deliberação colegiada, de caráter permanente e âmbito municipal.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - definir as prioridades da política de assistência social;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social;
- IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de Assistência Social;
- V - apreciar, aprovar e acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;
- VII - aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;
- VIII - aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestarem serviços de assistência social no âmbito municipal;
- IX - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- X - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XI - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;
- XII - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.
- XIII - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;
- XIV - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais;



## DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

### SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, é composto de 6 (seis) membros e respectivos suplentes, oriundos do poder público municipal, prestadores de serviços e profissionais da área, com a seguinte composição paritária:

#### **I - Do Governo Municipal:**

- a) Um representante da Secretária Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social;
- b) Um representante da Secretária Municipal da Saúde e Saneamento;
- c) Um representante da Secretária Municipal de Educação;

#### **II – Representante dos Prestadores de Serviços e/ou Usuários e Profissionais da área:**

- a) Um representante de entidade civil de atendimento à infância, à adolescência ou ao idoso;
- b) Um representante de associações comunitárias, urbanas ou rurais;
- c) Um representante dos trabalhadores, profissionais liberais.

§ 1º - Cada titular do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS terá um suplente da mesma categoria representativa;

§ 2º - Somente será admitida a participação no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 3º - Os representantes do Governo municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 4º - Os representantes de que trata o inciso II deste artigo serão indicados através de ofício ao Prefeito Municipal, pelo Presidente, após eleição feita pelas prestadoras de serviços.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de decreto:

§ 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será composto de um presidente, um vice-presidente, uma primeira secretária, uma Segunda secretária, eleitos dentre seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 2º - Após a posse, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS elegerão a Diretoria Executiva, através do voto secreto ou aberto, durante a primeira reunião ordinária do Conselho.

§ 3º - Na ausência de titular, o respectivo suplente será convocado, tendo direito apenas a voz e voto.

Art. 5º - A atividade dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II - os Conselheiros serão excluídos do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 reuniões consecutivas ou 5 reuniões intercaladas;

III - os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação feita pela entidade ou autoridade responsável ao Prefeito Municipal, obedecidos os critérios do § 4º do artigo 3º, desta Lei.

IV - cada membro do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;



V - as decisões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

## SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

- I - plenário, como órgão de deliberação máxima;
- II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;
- III - A primeira reunião ordinária dar-se-á quando da nomeação e posse dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Assistência Social ou equivalente, prestará o apoio administrativo necessário para o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I - consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;
- II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS em assuntos específicos.

Art. 9º - Todas as sessões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

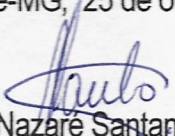
Parágrafo único - As resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 10 - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta lei.

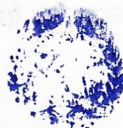
Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nºs 005/97, 014/97 e 062/99.

Cabeceira Grande-MG, 25 de outubro de 1.999.

  
Antonio Nazare Santana Melo  
Prefeito Municipal



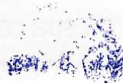


Câmara Municipal de Cabeceira Grande - MG

## Despacho

Aprovado em primeira discussão por  
08 votos favoráveis, 00  
votos contrários e 00 abstenções  
sala das sessões 301, 11 / 19 99

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Cabeceira Grande - MG

## Despacho

Aprovado em segunda discussão por  
08 votos favoráveis, 00  
votos contrários e 00 abstenção  
sala das sessões 07, 12 / 19 99

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara






**CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DISTRIBUIÇÃO DE PROPOSIÇÃO**

O Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art.84,III,"m" da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DISTRIBUI, na forma de avulso, à(s) Comissão (ões) abaixo identificada (s) a proposição a que se refere este DESPACHO, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Gabinete do Presidente, em 09/11/99.

  
**VEREADOR ALBERTO MARTINS**  
Presidente

COMISSÃO (ÕES):

DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI Nº 034 / 1999.

CIENTE EM: 09/11/99

  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO**





**CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DESPACHO**

COMISSÃO (ÕES):

DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI Nº 034/1999.

O Presidente da (s) Comissão (ões) acima identificada (s), no uso da atribuição que lhe confere o art. 125, IV, da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DESIGNA o senhor Vereador ALÉCIO MUNDIM, como relator da proposição epigrafada, distribuindo-a, na forma de avulso, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Sala das Sessões, 09/11/99.

  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO**

CIENTE EM 09/11/1999.

  
**RELATOR DESIGNADO**





# CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 069/1999

PROJETO DE LEI Nº 034/1999

Altera a lei municipal 005, de 13 de fevereiro de 1997, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social, suas modificações posteriores dadas pelas leis municipais 014, de 07 de maio de 1997, e 062, de 14 de julho de 1999, e dá outras providências

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL

RELATOR: VEREADOR ALÉCIO MUNDIM

### RELATÓRIO

Subscrito pelo Chefe do Poder Executivo, o projeto de lei sob comento pretende alterar as leis municipais 005/97, 014/97 e 062/97, que criaram o Conselho Municipal de Assistência Social.

A matéria vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça para exame quanto à admissibilidade, apreciando os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, consoante dispõe o art. 102, I, do Regimento Interno da Casa.

É o relatório.

### FUNDAMENTAÇÃO

A Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que dispõe sobre a organização da Assistência Social, dispôs especificamente sobre o tema, mais precisamente em seus arts. 8º, 9º, 15, 16 e 17, § 4º, cuja transcrição é fundamental para o exame da matéria:

*“Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei, fixarão suas respectivas políticas de assistência social.*

*Art. 9º. O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo*

Protocolado no Livro próprio às folhas  
0035 sob o nº 0715  
às 09:30 Horas  
Cabeceira Grande - MG 16/11/99  
D. Mundim





## **CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho Social do Distrito Federal, conforme o caso.*

*(...)*

*Art. 15. Compete aos Municípios:*

- I - destinar recursos financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;*
- II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;*
- III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;*
- IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;*
- V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta Lei.*

*Art. 16. As instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:*

- I - o Conselho Nacional de Assistência Social;*
- II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social;*
- III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;*
- IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.*

*Art.*

*17.....*

*(...)*

*§ 4º. Os Conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do artigo 16 deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica."*

Tanto quanto foi possível examinar, a proposta atende os princípios e objetivos consignados na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal 8.742, tanto assim que seu art. 2º prevê um elenco de competências destinadas, principalmente, à elaboração de uma política de assistência social e de diretrizes a serem observadas no Plano Municipal de Assistência, dentre outras típicas de sua natureza.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS**

O que salta aos olhos, no entanto, é que a técnica legislativa utilizada não é a mais correta, eis que a ementa determina que a lei municipal 005 é alterada, juntamente com as leis municipais 014/97 e 062/99, mas, ao final, essas duas últimas são revogadas.

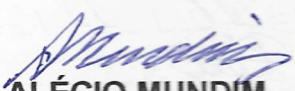
Ora, nota-se claramente que a intenção do autor não é alterar a lei municipal 005/1999, mas dar-lhe nova redação, uma vez que todo o elenco de objetivos, competências, composição e funcionamento do CMAS está inserida no texto.

Deste modo, em obediência ao que dispõe a Lei Complementar nº 095/1996, a matéria não pode prosperar com a ementa na forma em que se encontra, necessitando se reformulada.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, voto pela admissibilidade do Projeto de Lei 034/1999, na forma da emenda modificativa que abaixo passamos a transcrever.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1999

  
**VEREADOR ALÉCIO MUNDIM**  
Relator



 Câmara Munic. de Cabeceira Grande - MG  
SECRETARIA DAS COMISSÕES  
**DESPACHO**

Aprovado ☒ Rejeitado ( ) o voto do relator  
o turno, por 02 votos favoráveis 00  
o contrários e 00 abstenções.

da das Comissões 16 / 11 / 99  
  
PRESIDENTE DA COMISSÃO





# CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENDA MODIFICATIVA Nº 018 /1999

Dá nova redação à ementa, ou enunciado, do Projeto de Lei  
034/1999

Dê-se à ementa do Projeto de Lei 034/1999 a seguinte redação:

***“Dá nova redação à Lei Municipal 005, de 13 de fevereiro de 1997.”***

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1999.

  
**VEREADOR ALÉCIO MUNDIM**  
Relator





Câmara Municipal de Cabeceira Grande - MG

## Despacho

Aprovado em única discussão por  
08 votos favoráveis, 00  
votos contrários e 00 abstenções  
sala das sessões 30, 11, 19, 99

  
Presidente da Câmara





# CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENDA ADITIVA Nº 019 /1999

**Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei 034/1999**

Acrescente-se ao Projeto de Lei 034/1999 o seguinte dispositivo, renumerando-se os demais:

*"Art. 1º. A Lei Municipal 005, de 13 de fevereiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação: "*

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1999.

  
**VEREADOR ALÉCIO MUNDIM**  
Relator





Câmara Municipal de Cabeceira Grande - MG

## Despacho

Aprovado em única discussão por  
08 votos favoráveis, 00  
votos contrários e 00 abstenções  
sala das sessões 30, 11 / 19 99

  
Presidente da Câmara



**CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DISTRIBUIÇÃO DE PROPOSIÇÃO**

O Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art.84,III,"m" da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DISTRIBUI, na forma de avulso, à(s) Comissão (ões) abaixo identificada (s) a proposição a que se refere este DESPACHO, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Gabinete do Presidente, em 16/11/99.

  
**VEREADOR ALBERTO MARTINS**  
Presidente

COMISSÃO (ÕES):

DE SAÚDE.

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI Nº 034 / 1999.

CIENTE EM: 16/11/99

  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO**





**CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DESPACHO**

COMISSÃO (ÕES):

DE SAÚDE

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI Nº 034/1999.

O Presidente da (s) Comissão (ões) acima identificada (s), no uso da atribuição que lhe confere o art. 125, IV, da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DESIGNA o senhor Vereador JOSÉ VIANA, como relator da proposição epigrafada, distribuindo-a, na forma de avulso, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Sala das Sessões, 16 / 11 / 99.

**PRESIDENTE DA COMISSÃO**

CIENTE EM 16 / 11 / 99.

  
**RELATOR DESIGNADO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS

## COMISSÃO DE SAÚDE

**PARECER Nº 071/1999**

**PROJETO DE LEI Nº 034/1999**

Altera a lei municipal 005, de 13 de fevereiro de 1997, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social, suas modificações posteriores dadas pelas leis municipais 014, de 07 de maio de 1997, e 062, de 14 de julho de 1999, e dá outras providências

**AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL**

**RELATOR: VEREADOR JOSÉ VIANA**

Câmara Municipal de Cabeceira Grande	
Protocolado no Livro próprio às folhas	
00035	sob o nº 0720
às 08:40	Horas
Cabec. Grande - MG 23/11/99	
<i>Ampliar</i>	

## RELATÓRIO

Subscrito pelo Chefe do Poder Executivo, o projeto de lei sob comento altera a lei municipal 005, de 13 de fevereiro de 1997, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social, suas modificações posteriores dadas pelas leis municipais 014, de 07 de maio de 1997, e 062, de 14 de julho de 1999, e dá outras providências

Examinado preliminarmente pela douta Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vem agora a esta Comissão de Saúde, para exame de mérito, nos termos do art. 107, V, do Regimento Interno.

## FUNDAMENTAÇÃO

A Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que dispõe sobre a organização da Assistência Social, dispôs especificamente sobre o tema, mais precisamente em seus arts. 8º, 9º, 15, 16 e 17, § 4º, cuja transcrição é fundamental para o exame da matéria:

“Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei, fixarão suas respectivas políticas de assistência social.





## CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 9º. O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho Social do Distrito Federal, conforme o caso.

(...)

Art. 15. Compete aos Municípios:

I - destinar recursos financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;

II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta Lei.

Art. 16. As instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

I - o Conselho Nacional de Assistência Social;

II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social;

III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Art. 17.....

(...)

§ 4º. Os Conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do artigo 16 deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica.”




## **CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS**

Tanto quanto foi possível examinar, a proposta atende os princípios e objetivos consignados na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal 8.742, tanto assim que seu art. 2º prevê um elenco de competências destinadas, principalmente, à elaboração de uma política de assistência social e de diretrizes a serem observadas no Plano Municipal de Assistência, dentre outras típicas de sua natureza.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, voto pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei 034/1999

Cabeceira Grande (MG), 23 de novembro de 1999.

  
**VEREADOR JOSÉ VIANA**  
Relator





Câmara Mun. de Cabeceiras de Goiás - MG  
SECRETARIA DAS COMISSÕES

DESPACHO

Aprovado (X) Rejeitado ( ) o voto do relator  
em turno único por (02) votos favoráveis (00)  
votos contrários e (00) abstenções.

Sala das Comissões 23 / 11 / 99

  
PRESIDENTE DA COMISSÃO



**CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DISTRIBUIÇÃO DE PROPOSIÇÃO**

O Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art.84,III,"m" da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DISTRIBUI, na forma de avulso, à(s) Comissão (ões) abaixo identificada (s) a proposição a que se refere este DESPACHO, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Gabinete do Presidente, em 07/12/99.

  
**VEREADOR ALBERTO MARTINS**  
Presidente

COMISSÃO (ÕES):

LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI Nº 034/1999.

CIENTE EM: 07/12/99

  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO**





**CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DESPACHO**

COMISSÃO (ÕES):

LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI Nº 034/1999.

O Presidente da (s) Comissão (ões) acima identificada (s), no uso da atribuição que lhe confere o art. 125, IV, da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DESIGNA o senhor Vereador ALECIO MUNDIM, como relator da proposição epigrafada, distribuindo-a, na forma de avulso, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Sala das Sessões, 07/12/99.

**PRESIDENTE DA COMISSÃO**

CIENTE EM 07/12/99.

**RELATOR DESIGNADO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL Nº 077/1999**  
**PROJETO DE LEI Nº 034/1999**

Altera a Lei municipal nº 005, de 13 de Fevereiro de 1997, que criou o conselho municipal de assistência social, suas modificações posteriores dadas pelas leis municipais nºs 014, de maio de 1997, e 062 de julho de 1999, e dá outras providências.

**AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL**

**RELATOR: VEREADOR ALÉCIO MUNDIM**

### RELATÓRIO

De autoria do Ilustre Prefeito Municipal, o projeto de lei sob comento, que altera a lei municipal nº 005, de 13 de Fevereiro, que criou o conselho municipal de assistência social, suas modificações posteriores dadas pelas leis municipais nºs 014, de maio de 1997, e 062 de julho de 1999, e dá outras providências, foi aprovado em dois turnos de votação pelo Plenário da Câmara Municipal.


Sobre a proposição principal incidiram as emendas modificativa nºs 018/1999 e aditiva nº 019/1999, igualmente aprovadas pelo Plenário em turno único de votação.

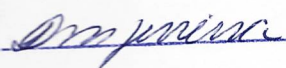
Concluída a votação em segundo turno, e nos termos do art. 282 do Regimento Interno, veio a matéria a este órgão técnico, para elaboração de sua redação final.

### CONCLUSÃO

Ante o exposto, sou que se dê ao Projeto de Lei nº 034/1999 a redação final abaixo transcrita, que está conforme as decisões tomadas pelo Pleno da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, 14 de Dezembro de 1999.

  
**VEREADOR ALÉCIO MUNDIM**  
Relator

Câmara Municipal de Cabeceira Grande	
Protocolado no Livro próprio às folhas	
0035	sob o nº 0731
às 11:00	Horas
Cabeceira Grande - MG. 14/12/99	
	





Câmara Mun. de Cabeceiras de Goiás - MG  
SECRETARIA DAS COMISSÕES

DESPACHO

Aprovado (X) Rejeitado ( ) o voto do relator  
em turno único por (00) votos favoráveis (00)  
votos contrários e (00) abstenções.

Sala das Comissões 14 / 12 / 99

PRESIDENTE DA COMISSÃO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº034/1999

### ***“DÁ NOVA REDAÇÃO A LEI MUNICIPAL N.º005, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1.997”***

*O Prefeito Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 76, inciso III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte lei:*

## CAPITULO I

### DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A Lei Municipal 005, de 13 de fevereiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - É criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão de deliberação colegiada, de caráter permanente e âmbito municipal.

Art. 3º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - definir as prioridades da política de assistência social;

II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social;

IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de Assistência Social;

V - apreciar, aprovar e acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentarias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

VII - aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;

VIII - aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestarem serviços de assistência social no âmbito municipal;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS**

- IX - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- X - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XI - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;
- XII - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIII - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;
- XIV - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

### **CAPITULO II DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

#### **SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO**

Art. 4º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, é composto de 6 (seis) membros e respectivos suplentes, oriundos do poder público municipal, prestadores de serviços e profissionais da área, com a seguinte composição paritária:

##### **I - Do Governo Municipal:**

- a) Um representante da Secretária Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social;
- b) Um representante da Secretária Municipal da Saúde e Saneamento;
- c) Um representante da Secretária Municipal de Educação;

##### **II – Representante dos Prestadores de Serviços e/ou Usuários e Profissionais da área:**

- a) Um representante de entidade civil de atendimento à infância, à adolescência ou ao idoso;
- b) Um representante de associações comunitárias, urbanas ou rurais;
- c) Um representante dos trabalhadores, profissionais liberais .

§ 1º - Cada titular do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS terá um suplente da mesma categoria representativa;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 2º - Somente será admitida a participação no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 3º - Os representantes do Governo municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 4º - Os representantes de que trata o inciso II deste artigo serão indicados através de ofício ao Prefeito Municipal, pelo Presidente, após eleição feita pelas prestadoras de serviços.

Art. 5º - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de decreto:

§ 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será composto de um presidente, um vice-presidente, uma primeira secretária, uma Segunda secretária, eleitos dentre seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 2º - Após a posse, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS elegerão a Diretoria Executiva, através do voto secreto ou aberto, durante a primeira reunião ordinária do Conselho.

§ 3º - Na ausência de titular, o respectivo suplente será convocado, tendo direito apenas a voz e voto.

Art. 6º - A atividade dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II - os Conselheiros serão excluídos do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 reuniões consecutivas ou 5 reuniões intercaladas;

III - os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação feita pela entidade ou autoridade responsável ao Prefeito Municipal, obedecidos os critérios do § 4º do artigo 4º, desta Lei;

IV - cada membro do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - as decisões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

### **SEÇÃO II**

#### **DO FUNCIONAMENTO**





## CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 7º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I - plenário, como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;

III - A primeira reunião ordinária dar-se-á quando da nomeação e posse dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Assistência Social ou equivalente, prestará o apoio administrativo necessário para o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 9º - Para melhor desempenho de suas funções o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS em assuntos específicos.

Art. 10 - Todas as sessões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo único - As resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

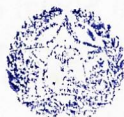
Art. 11 - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta lei.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nºs 005/97, 014/97 e 062/99.

Cabeceira Grande -MG, de Dezembro de 1.999.

Antônio Nazaré Santana Melo  
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Cabeceira Grande - MG

## Despacho

Aprovado em única discussão por  
08 votos favoráveis, 00  
votos contrários e 00 abstenções  
sala das sessões 21 / 19 99

  
Presidente da Câmara